

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte Jornal da Tarde Class.: 78

Data 13 de fevereiro de 1978 Pg.:

## Opinião do cacique Juruna sobre a emancipação dos índios: "A gente vai desaparecer, virar caboclo."

Ele deu essa opinião num encontro com o presidente da Funai, Mário Juruna acha que, emancipados, os índios ficarão iguais aos caboclos, e poderão até perder suas terras — hoje garantidas pela Funai. Reportagem de Chico Dias.

Dentro de muito pouco tempo, os índios vão ganhar, por lei, o direito de serem emancipados, livres da tutela da Funai. E, livres da Funai, não estarão abandonados à própria sorte? Não, diz o general Ismarth de Araújo Oliveira, presidente do órgão. Eles, pelo contrário, passam a gozar dos direitos dos outros cidadãos brasileiros.

Mas o esperto cacique Mário Juruna acha que isso não será bom para os índios.

O cacique e o general encontraram-se na última sexta-feira, na sede da Funai, em Brasília, para discutir justamente esse assunto. E somente o *Jornal da Tarde* documentou a discussão.

— A gente pensa totalmente ao contrário disso tudo — contra argumentava o cacique, em seu português cheio de sotaque.

— E eu não aceito que o ministro (Rangel Reis) diga que eu estou pedindo emancipação — dizia o cacique. — O índio pode ter sua vida própria. Não precisa a Funai, não precisa o ministro ou ninguém ensinar como ele deve viver. Basta apenas que seja garantida a sua terra. O resto, a gente sabe. O índio nunca saiu da mata para pedir auxílio ao branco. Pelo menos quando ainda é bravo. Agora, desse jeito que estão falando, a gente vai desaparecer. A gente vai deixar de ser índio quando a Funai quiser, para ser aper as um caboclo. Sem garantia nenhuma como qualquer caboclo. Eu sou contra a emancipação.

A idéia do cacique Mário Juruna é totalmente antagô-

nica à do ministro Rangel Reis e do presidente da Funai, no tocante à concessão de amplos direitos ao índio. Ele acha, em última análise, que uma das últimas garantias que eles têm para sobreviver às investidas do branco — principalmente em suas terras — é a condição de índio, garantida pela Constituição.

### O QUE É O PROJETO

O projeto de emancipação do índio tem mais de um ano e está sendo concluído a pedido do ministro Rangel Reis, do Interior, que vê nele um dos pontos altos de sua administração. Segundo o presidente da Funai, general Ismarth de Araújo, "participaram de sua elaboração técnicos e especialistas do mais alto gabarito, especialmente convocados, como foi o caso do jurista Themístocles Cavalcanti".

Esses técnicos, durante mais de um ano — apoiados por antropólogos da Funai — pesquisaram a situação das tribos brasileiras, para elaborar o projeto que regulamentará a lei de emancipação de indivíduos e grupos, cujo grau de evolução seja considerado satisfatório pela Funai.

### COMO É HOJE

Atualmente, o índio pode se emancipar, de acordo com o artigo nono do Estatuto do Índio. Para isso, tem de fazer um requerimento solicitando a medida em juízo. Então é feito um levantamento de sua vida. E esse pedido só é deferido se ele preencher certos requisitos, tais como domínio perfeito do idioma português, ter mais de 21 anos, apre-



Durante o encontro com o presidente da Funai, Mário Juruna irritou-se várias vezes.

sentar conhecimentos que lhe garantam o exercício de atividade útil na comunidade nacional, além de razoável compreensão dos usos e costumes da comunidade.

Se a Funai reconhecer nele um elemento que preencheu todas as exigências, ela concede ao índio sua condição de emancipado. Ele deixa então de ser regido pela legislação especial (o índio tem uma lei tutelar que lhe controla a vida, impedindo-o de exercer atividades normais) e ele passa a ter os direitos de qualquer cidadão.

No caso da tribo inteira querer se emancipar, o processo é o mesmo. Só que o requerimento em juízo precisa ser assinado por mais de 50 por cento do grupo. É feito um levantamento semelhante e depois se aprova a emancipação. Segue-se o loteamento das terras pertencentes à tribo, em cartório. Cada membro recebe seu lote.

### OS ÍNDIOS SÃO CONTRA

Segundo o cacique Mário Juruna, grande parte dos índios — especialmente os caciques — estão contra a lei de emancipação. Principalmente pela forma como ela modificará o sistema, permitindo que a Funai emancipe o indivíduo ou o grupo que bem entender.

— É muito perigoso para nós — explica Juruna. — No meu caso, que sou sempre citado como exemplo, se for emancipado eu passarei a ser um cidadão. Mas passarei também a ser um caboclo, como milhares de outros. E não poderei mais gritar ou pedir pela minha gente. Os da minha tribo julgarão que eu estarei vivendo bem numa cidade maior, quando eu poderei estar vivendo na miséria.

Juruna condenou ainda o ministro Rangel Reis por citá-lo como exemplo em entrevista à imprensa e como modelo do índio ideal para ser emancipado. E explica:

— Ele não devia fazer isso, pois sabe que sou contra a medida. Além disso, ele devia lembrar que no meio dos índios são raros os que, como eu, têm o conhecimento da malícia do branco. A grande maioria, mesmo que saiba falar português e tenha conhecimento dos usos e costumes do branco, não sabe se defender dessa malícia.

Para Juruna, o que o índio quer não é viver como branco é viver com o branco.

— O ideal — diz ele — é que nos garantissem a parte da terra e nos dessem algum recurso para poder produzir. O resto, nos faríamos sozinhos. É lógico que aceitamos os auxílios para saúde e escola. Mas queremos tomar conta da nossa vida. Você nunca ouviu contar a história de uma tribo brava que tenha saído do mato para vir pedir socorro ao branco. Na mata, sempre vivem bem, sem precisar de ninguém.

Juruna acha ainda que atualmente, sob a proteção da Funai, suas terras estão mais bem garantidas. Com a emancipação, o índio receberá um título definitivo de suas terras, que ele gerirá sozinho.

Quanto à possibilidade do índio perder suas terras, depois de emancipado, o cacique afasta totalmente, assegurando que além do registro em cartório a Funai estará vigilante a toda e qualquer investida.

O general Ismarth, presidente da Funai, não acredita ainda que a nova sistemática da Funai — podendo conceder emancipação ao índio ou ao grupo mesmo quando não for solicitada — possa transformar-se em arma poderosa do órgão, contra os índios, e que poderá ser utilizada de forma exterminadora por um próximo presidente da Funai que não tenha a mesma compreensão dos problemas do índio.

### O QUE DIZ O GENERAL

O general Ismarth de Araújo, presidente da Funai, é totalmente contrário às idéias de Mário Juruna.

Nessa conversa franca e aberta, que apenas um jornalista assistiu, neste último fim de semana em Brasília, o problema da emancipação foi discutido, em determinados momentos, até com certa aspereza, por parte do cacique, que criticou duramente o ministro Rangel Reis.

— A emancipação não vai significar entregar o índio à própria sorte — explicava o general. — A idéia é permitir que o índio, uma vez emancipado, possa praticar todos os atos previstos pelo código Civil Brasileiro que, no momento, por ser tutelado e relativamente incapaz, não pode.

O general destaca, entre estes atos, os empréstimos bancários. E explica que, na fase que se seguiria à emancipação do índio a Funai continuaria lhe orientando a vida, até que ele fosse se libertando dessa necessidade.

Segundo o presidente da Funai, a emancipação atenderá a casos de índios ou grupos que já vivem há muito em contato com o branco — como vários do Sul e do Nordeste — exercendo atividades normais, mas sem ter as regalias do cidadão comum.